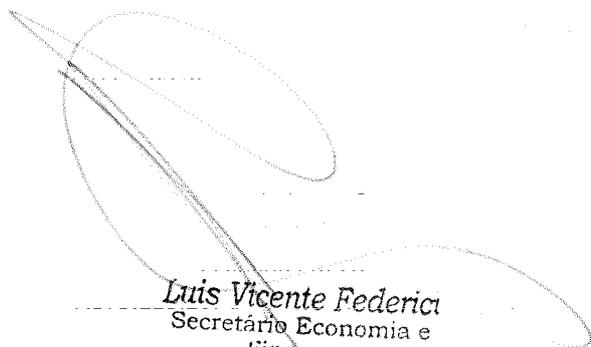


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE À APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ANUAL DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017, EM ATENDIMENTO AOS ARTIGOS 48 E 9º, PARÁGRAFO 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REALIZADA NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAHU, NO DIA 08 DE ABRIL DE 2016, a qual esteve sob a Presidência do Vereador Lucas de Barros Flores, Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia. Registrada a presença dos Vereadores José Fernando Barbieri e Wagner Brasil de Barros; e a, ainda, da Presidente do IPMJ, senhora Lourdes Caetano, assim como, do Secretário Interino de Desenvolvimento e Trabalho, senhor Ângelo José Soave. Presentes, ainda, demais servidores municipais, profissionais de Imprensa e público presente. Iniciando os trabalhos o Vereador Lucas de Barros Flores, Presidente desta Sessão Pública, convidou o senhor Luís Vicente Federici, Secretário Municipal de Economia e Finanças, para tornar pública a proposta Anual de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017. O senhor Luís Vicente Federici iniciou a sua explanação invocando a transparência da gestão fiscal, salientando ainda, que a grave crise que o Brasil enfrenta atualmente vem provocando preocupantes quedas na arrecadação das receitas municipais. Foram apresentadas tabelas contendo números sobre o comportamento de importantes itens de receita dos municípios paulistas como ICMS, IPVA, FPM, FUNDEB e impostos próprios municipais, e, a evolução desses impostos no período compreendido entre 2009 e 2015, em valores reais e percentuais, com queda de arrecadação, segundo a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. O senhor Secretário Municipal de Economia e Finanças, trouxe à baila todos os aspectos obrigatoriamente regulados na LDO: metas e prioridades da Administração Municipal; riscos fiscais; reserva de contingência; equilíbrio das contas públicas; programação financeira, cronograma mensal de desembolso, metas bimestrais de arrecadação e limitação de empenho; despesa com pessoal; execução de novos projetos; estudo de impacto orçamentário e financeiro; controle de custos; transferência de recursos a pessoas físicas e a pessoas jurídicas de direito privado; alterações na legislação tributária e da renúncia de receitas; transposição, transferência ou remanejamento de dotações; e, emendas impositivas. Prosseguiu discorrendo sobre as principais fontes de financiamento (receitas correntes e de capital), fazendo um comparativo entre os valores arrecadados em 2015, estimados e reestimados em 2016 e projetados para 2017: **Receitas Correntes - Receita tributária** - arrecadada em 2015 – R\$ 66.402.931,36; estimada em 2016 – R\$ 70.113.209,00; reestimada em 2016 – R\$ 72.408.258,40; projetada para 2017 – R\$ 81.120.000,00. **Receita de contribuição** - arrecadada em 2015 – R\$ 5.531.908,11; estimada em 2016 – R\$ 5.792.057,00; reestimada em 2016 – R\$ 5.006.824,38; projetada para 2017 – R\$ 5.819.000,00. **Receita patrimonial** - arrecadada em 2015 – R\$ 6.730.933,05; estimada em 2016 – R\$ 3.346.097,00; reestimada em 2016 – R\$ 4.357.630,38; projetada para 2017 – R\$ 4.116.000,00. **Receita de serviços** - arrecadada em 2015 – R\$ 13.022.779,56; estimada em 2016 – R\$ 78.200,00; reestimada em 2016 – R\$ 270.059,03; projetada para 2017 – R\$ 300.000,00. **Transferências correntes** - arrecadada em 2015 – R\$ 237.592.721,39; estimada em 2016 – R\$ 273.752.843,88; reestimada em 2016 – R\$ 274.737.062,49; projetada para 2017 – R\$ 305.178.000,00. **Outras receitas correntes** - arrecadada em 2015 – R\$ 16.171.537,53; estimada em 2016 – R\$ 48.827.968,72; reestimada em 2016 – R\$ 15.484.669,10; projetada para 2017 – R\$ 31.426.000,00. **Deduções de receita para o FUNDEB** - arrecadada em 2015 – (R\$ 25.973.429,62); estimada em 2016 – (R\$ 30.409.843,28); reestimada em 2016 – (R\$ 31.456.172,17); projetada para 2017 – (R\$ 34.942.000,00). **Receitas de Capital – Operação de crédito** - arrecadada em 2015 – R\$ 939.636,94; estimada em 2016 – R\$ 8.704.500,21; reestimada em 2016 – R\$ 7.979.125,20; projetada para 2017 – R\$ 940.000,00. **Transferências de capital** - arrecadada em 2015 – R\$ 14.463.439,51; estimada em 2016 – R\$ 33.952.967,47; reestimada em 2016 – R\$ 31.557.233,85; projetada para 2017 – R\$ 16.295.000,00. **Outras receitas de capital** - arrecadada em 2015 – R\$ 0,00; estimada em 2016 – R\$ 0,00; reestimada em 2016 – R\$ 0,00; projetada para 2017 – R\$ 0,00. Salientando ainda, que o Orçamento de 2017 tem uma previsão de receita da ordem de R\$ 410.252.000,00. Quanto à despesa por Unidade Executora os percentuais apresentados foram os seguintes: IPMJ – 2,63%; Agência Reguladora – 0,28%; Secretaria de Esportes – 1,38%; Secretaria de Cultura e Turismo – 0,91%; Secretaria de Agricultura – 0,37%; Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho – 0,38%; Secretaria de Projetos – 0,28%; Secretaria de Mobilidade Urbana – 11,81%; Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – 2,39%; Secretaria de Governo – 4,19%; Secretaria de Habitação – 0,31%; Secretaria do Meio Ambiente – 3,87%; Secretaria de Saúde – 35,87%; Secretaria de Educação – 23,68%; Secretaria de Negócios Jurídicos – 0,70%; Secretaria de Economia e Finanças – 7,74%; Gabinete do Prefeito – 1,24%, e, Câmara Municipal – 1,97%. No tocante à despesa por Órgão foram apresentados os seguintes valores: Prefeitura Municipal - R\$ 390.215.000,00; IPMJ – R\$ 10.785.000,00; Agência Reguladora – R\$ 1.152.000,00; e, Câmara Municipal - R\$ 8.100.000,00. Prosseguindo, o senhor Secretário Municipal apresentou as Despesas por Programa de Governo, assim detalhadas: Cidade Empreendedora – R\$ 3.074.000,00; Cidade Escola – R\$ 91.246.000,00; Cidade Jardim – R\$ 73.615.000,00; Cidade Legal – R\$ 2.046.000,00; Cidade para Todos – R\$ 165.334.000,00; Gestão Municipal – R\$ 51.977.000,00; Previdência Municipal – R\$ 10.785.000,00; Processo Legislativo – R\$ 8.100.000,00; Reserva de Contingência – R\$ 555.000,00; Cidade Digital – R\$ 3.520.000,00, perfazendo o montante total de R\$ 410.252.000,00. Finalizada a explanação, o senhor Luís Vicente Federici, agradeceu a toda equipe técnica da Secretaria Municipal de

Economia e Finanças, pelo trabalho conjunto para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, assim como, ao público presente, colocando-se à disposição para dirimir as dúvidas eventualmente suscitadas. O Presidente da Sessão e do evento, Vereador Lucas de Barros Flores, indagou aos Vereadores, Imprensa e público em geral, se haveria alguma pergunta a ser formulada ao representante da Prefeitura Municipal de Jahu, senhor Luís Vicente Federici. Fizeram uso da palavra, arguindo ao Secretário Municipal de Economia e Finanças, o Vereador José Fernando Barbieri, assim como, o senhor João Guilherme D'Arcádia, Jornalista do Jornal "O Comércio do Jahu". O Presidente da presente Audiência Pública, indagou novamente aos senhores Vereadores, Imprensa e público em geral, se haveria alguma pergunta a ser formulada ao representante do Poder Executivo, ocasião em que ninguém manifestou interesse em fazer uso da palavra. Finalizando os trabalhos, o Presidente da Sessão e do evento, Vereador Lucas de Barros Flores, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a presente Audiência Pública. Determinou a mim, Lucianne Oliveira Pussi, Agente Legislativo, sob a supervisão da Diretora Geral da Câmara Municipal, Camila Rafaela Baroni, a elaboração da Ata para registrar o evento, que será disponibilizada para assinaturas das autoridades do Legislativo, do Executivo e da Mesa composta para direção dos trabalhos, fazendo parte integrante desta toda a Documentação supra mencionada, bem como, a Lista de Presentes e o arquivo audiovisual em DVD com a íntegra da Audiência Pública


LUCAS DE B. FLORES
Vereador


Silvia Helena Sorg
Gerente


Luis Vicente Federici
Secretário Economia e
Finanças